

## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Protocolo nº 16/2020

Solicitante: 3289 – Vereador Adão da Silva

Assunto: PROJETO DE LEI

### RELATÓRIO

Trata-se de proposição legislativa de autoria de vereador com assento nesta nobre Câmara Municipal, que pede aprovação para um projeto de lei que institui o *“plano municipal de desenvolvimento da leitura e da literatura”*. Vem o feito instruído com justificativas e projeto de lei em anexo.

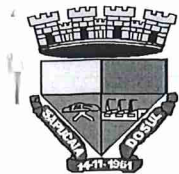
### PARECER

Leis de iniciativa exclusiva do prefeito são aquelas em que só a ele cabe o envio do projeto à Câmara. Nessa categoria estão as que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição das secretarias, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal. Se a Câmara, desatendendo a privatividade do Executivo para esses projetos, votar e aprovar leis sobre tais matérias, caberá ao prefeito vetá-las, por inconstitucionais. Sancionadas e promulgadas que sejam, nem por isso se nos afigura que convesçam do vício inicial, porque o Executivo não pode renunciar prerrogativas institucionais, inerentes às suas funções, como não pode delegá-las ou aquiescer em que o Legislativo as exerça. Tal entendimento é o dominante na boa doutrina, e os tribunais não mais hesitam sobre o assunto, afirmando a inconstitucionalidade desses diplomas. (*Hely Lopes Meirelles, in “Direito Municipal Brasileiro”, 17ª edição, Malheiros Editores, 2014, p.760-761*).

Em nossa Lei Orgânica Municipal, a questão da iniciativa privativa do Chefe do Executivo é abordada da seguinte forma:

*Art. 55. Compete, privativamente ao Prefeito, a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre:*

*I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e indireta do*



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



*Poder Executivo, ou aumento de sua remuneração;*

*II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico e provimento de cargos;*

*III - criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos da Administração Pública Municipal;*

*IV - proposições que geram despesas ou que comprometam receitas do Município.*

Analizando o escopo do projeto de lei em análise, observamos que não somente a proposição trata de instituir política de prestação de serviços para a administração (a realização de ações que promovam o acesso e o contato com a leitura – ideia muito louvável, anotamos), mas efetivamente designa comandos ao Poder Executivo (art. 1º, parágrafo único), dispõe sobre atribuições a ser executadas por secretaria municipal (art. 7º) e institui parcerias com órgãos que sequer estão sujeitos à gestão ou mesmo à competência legislativa municipal (Fundação Biblioteca Nacional e Rede Nacional de Leitura, art. 10º).

Considerando que disposições legais envolvendo organização e funcionamento de órgãos e secretarias que integram a estrutura do Poder Executivo são atos inseridos na esfera de competência privativa do Prefeito, concluímos que ocorre na espécie interferência na Administração, e por consequência, violação ao princípio da separação dos poderes. Nesse sentido:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PERANTE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA LOCAL. LEI MUNICIPAL N. 10.729/2009. INICIATIVA PARLAMENTAR CRIA O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DIFERENCIADA PARA CRIANÇAS DIABÉTICAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. IMPOSIÇÃO DE ATRIBUIÇÕES PARA AGENTES E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.





## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL.  
INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO  
PODER EXECUTIVO. ACÓRDÃO  
RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O  
ENTENDIMENTO DESTA CORTE. ANÁLISE  
DA INCONSTITUCIONALIDADE DA  
LEGISLAÇÃO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE.  
SÚMULA N. 280 DO STF.1. **Padece de  
inconstitucionalidade formal, por vício de  
iniciativa, lei municipal que, resultante de  
iniciativa parlamentar, imponha políticas de  
prestação de serviços públicos para órgãos  
da Administração Pública.** (STF - RE: 704450  
MG, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de  
Julgamento: 14/05/2014, Data de Publicação:  
DJe-094 DIVULG 16/05/2014 PUBLIC  
19/05/2014). **Grifo nosso.**

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as anotações que julgamos pertinentes à matéria em comento encaminhamos a proposição à sua tramitação regimental. À conclusão superior, e com aprovação, encaminhem-se os autos à Diretoria Legislativa para as diligências de costume, com competente parecer das comissões permanentes, e posterior deliberação plenária.

Sapucaia do Sul, 19 de fevereiro de 2020

  
**Pablo José Camboim de Souza**  
OAB/RS 50.493  
Matrícula 881

Aprovo 

**Alexandre d'Ornellas Souza Lima**  
Procurador Chefe  
OAB/RS 34.477  
Em substituição (Portaria nº 5576/2020)